



30 Modelos de

Redação

para a prova do

ENEM

FOLHA DE REDAÇÃO

029



1 INSTITUIÇÕES DE ENSINO POUCO ACESSÍVEIS, PROFISSIONAIS INCAPACITADOS E REJEIÇÃO SOCIAL.
2 ESSES EXEMPLOS ILUSTRAM OS DESAFIOS PARA FORMAÇÃO EDUCACIONAL DE SURDOS NO BRASIL.
3 LOGO, AÇÕES DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL SÃO NECESSÁRIAS COM O INTUÍTO DE GARANTIR
4 O DIREITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO À EDUCAÇÃO A ESSES INDIVÍDUOS.
5 EM PRIMEIRO PLANO, É PARADOXAL QUE EM UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, NUN
6 DA EXISTA UMA EXCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, COMO OCORRE COM OS SURDOS NO BRASIL.
7 DIANTE DISSO, É NOTÓRIO QUE A LEI DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE DEFICIENTES E O DIREI
8 TO UNIVERSAL À EDUCAÇÃO - RESGUARDADO PELA CONSTITUIÇÃO - , NÃO SÃO AMPLAMENTE RES-
9 PEITADOS PELAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO. ISSO SE DÁ, SOBRETUDO, PELA FALTA DE CAPACITAÇÃO DOS
10 EDUCADORES E PELA AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO ESTADO EM RELAÇÃO AO CUMPRIMENTO DAS
11 NORMAS DE INCLUSÃO DE DEFICIENTES AUDITIVOS NO SISTEMA DE ENSINO. COM ISSO, EM GERAL,
12 AS PESSOAS COM SURDEZ ENCONTRAM DIFICULDADES DE ACESSO AO CONHECIMENTO DESDE A CRIANÇA.

#1 – ALTERNATIVAS PARA REDUZIR O LIXO ELETRÔNICO NO BRASIL

O renomado artista brasileiro Vik Muniz inovou o processo composicional ao reproduzir um mapa-múndi utilizando sucata de computadores como matéria-prima. Essa obra artística representa uma crítica pertinente de um grave problema ambiental: a exacerbada produção de lixo eletrônico. Nesse viés, o fomento à lógica capitalista e a carência de políticas públicas para oferecer o destino adequado aos detritos atuam como causas para a persistência do infortúnio.

Diante desse cenário, insta salientar que a formação de entulhos computacionais deriva da estratégia adotada pelas indústrias para acumular lucros. Nesse sentido, a partir do século XX, as empresas abandonaram o modelo de produção fordista, o qual prezava pela qualidade dos aparatos industriais, e, posteriormente, passaram a fabricar itens com um tempo definido de duração, para maximizar o comércio de mercadorias. Tal técnica, entretanto, apesar de contribuir para o incremento da economia, interfere, negativamente, na natureza. Isso pode ser observado no despejo de materiais sem funcionalidade em locais inadequados, como lixões a céu aberto. Desse modo, é ilógico que a mentalidade capitalista se sobreponha à manutenção do bem-estar ecológico.

Ademais, percebe-se a atuação pouco assertiva do poder público no que se refere à reciclagem do lixo eletrônico. A esse respeito, consoante o filósofo John Locke, os cidadãos cedem sua confiança ao Estado, que, por outro lado, deve garantir os seus direitos básicos. Todavia, nota-se uma ruptura do “Contrato Social” defendido pelo pensador, pois as entidades governamentais se omitem diante do incentivo à reutilização das peças dos aparelhos tecnológicos descartados. Logo, enquanto a ausência estatal for a regra, um meio ambiente sustentável será a exceção.

Depreende-se, portanto, a urgência em reduzir o impacto do lixo eletrônico no Brasil. Para tanto, as escolas devem estimular o senso crítico dos alunos, por meio de oficinas pedagógicas e de ações comunitárias, como rodas de conversa com ambientalistas, a fim de alertar sobre os efeitos da lógica capitalista na geração do lixo eletrônico, de modo a promover maior responsabilidade ambiental. Em adição, cabe ao Ministério do Meio Ambiente propor medidas de reaproveitamento dos produtos eletrônicos descartados, como a logística reversa, mediante a oferta de incentivos fiscais às indústrias, com o objetivo de diminuir o montante de lixo eletrônico. Assim, o lixo eletrônico ficará restrito somente à obra de Vik Muniz.

#2 – A PROTEÇÃO DE DADOS CIBERNÉTICOS NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988, em seu 6º artigo, prevê a todos os brasileiros o direito à privacidade e ao bem-estar social. Entretanto, na contemporaneidade, essa privacidade não é de fato cumprida, já que a escassa proteção de dados cibernéticos no Brasil permite a invasão de informações pessoais, a qual prejudica diretamente nos direitos previstos por leis. Nesse aspecto, essa atuação é ocasionada não só pela influência midiática como também pela ineficácia estatal.

Em primeira análise, é imperioso salientar que a ampliação de atitudes individuais na mídia colabora para a falta de proteção dos dados nas plataformas digitais, de modo que a população, em sua maioria, torna-se vítima da alienação midiática e da violação de dados pessoais. De acordo com o pensamento marxista, priorizar o bem individual em detrimento do coletivo gera inúmeras dificuldades para a sociedade. Nesse viés, observa-se que o uso de informações privadas com o objetivo de influenciar o indivíduo acaba por impedir a sua liberdade de escolha, além de promover um ambiente pouco democrático nesse ciberespaço, reflexo dessa falta de proteção efetiva dos dados.

Ademais, é fulcral ressaltar que a displicência governamental favorece a difusão constante dos crimes cibernéticos no país. Segundo o pensador Thomas Hobbes, o Estado é responsável por assegurar o bem-estar da população. Sendo assim, as pessoas não são corretamente informadas sobre como se proteger de ataques cibernéticos, como mostra uma pesquisa realizada pelo Portal de Notícias G1, a qual mostra que 62% dos usuários da internet já foram invadidos por clicarem em propagandas enganosas. Desse modo, torna-se inadmissível a ideia na qual, em um país possuínte de uma Constituição que prevê a todos o direito à privacidade, esse tipo de situação ocorra.

Portanto, infere-se medidas capazes de mitigar essa problemática. Posto isso, cabe ao Ministério da Justiça, órgão responsável pela defesa da ordem jurídica dos direitos políticos e das garantias constitucionais, lançar um Plano Nacional de Segurança e Proteção Digital no Brasil, a fim de fazer com que um maior número de brasileiros possa desfrutar livremente da internet. Tal plano deverá focar, principalmente, em destinar palestras e aulas sobre proteção de dados para estudantes de escolas públicas. Além disso, o Governo Federal deve também, mediante seus órgãos fiscalizar empresas que vendem informações de forma ilegal, punindo com rigor da lei tal ato. Para que, assim, seja possível a concretização do direito à privacidade e ao bem-estar previsto no 6º artigo da Constituição Federal de 1988.

#3 — A QUESTÃO DOS DESAPARECIDOS NO BRASIL

Na série "Pretty Little Liars", é retratado o desaparecimento de Alison e, durante o enredo, as amigas da personagem recebem mensagens misteriosas sobre o sumiço da garota. No contraste fictício com o cotidiano brasileiro, essa realidade assemelha-se ao cenário vigente, no que tange à questão dos desaparecidos no Brasil. Nesse sentido, evidencia-se que a vulnerabilidade das vítimas e a negligência governamental são fatores que determinam a ocorrência do impasse, que, para tal, devem ser analisados.

Em primeiro plano, nota-se que as pessoas estão constantemente desprotegidas. Nesse contexto, durante a ditadura militar, os indivíduos que fossem contra o regime de governo desapareciam repentinamente. Desse modo, observa-se como tal prática, embora não ocorra mais por motivos políticos, ainda faz parte dos dias atuais, ao analisar o número de brasileiros que desaparece no país. Consequentemente, devido à exposição vivenciada, essa parcela da população pode tornar-se vítima de crimes, como o tráfico e a prostituição. Logo, é

ilógico pensar que, em uma nação que se consagra desenvolvida, tais questões sejam silenciadas e minimizadas.

Além disso, o descaso estatal possui íntima relação com o exposto analisado. Nessa perspectiva, a Constituição Federal, em um de seus artigos, assegura o direito à segurança. No entanto, ainda que seja uma garantia constitucional, apresenta falha na execução, visto que os cidadãos, ao frequentarem espaços públicos, não recebem a devida proteção por parte do Estado, o que contribui para a facilidade da ocorrência do sumiço imediato de pessoas. Assim, enquanto os responsáveis pelo povo se mantiverem omissos do problema, será difícil reduzir os índices de desaparecidos no país tupiniquim.

Infere-se, portanto, a necessidade da implementação de mudanças que solucionem o impasse abordado. O Poder Executivo, responsável pela administração das leis e dos interesses públicos, deve promover a criação de campanhas diárias, através das redes de televisão, que tratem detalhadamente sobre os casos de desaparecidos, bem como, a criação de medidas protetivas para o público, por meio do apoio de policiais, com o intuito de, não apenas encontrar as vítimas, como também prevenir a continuidade da situação.

#4 — OS DESAFIOS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Na literatura, especificamente no Romantismo Indianista de José de Alencar, o Brasil é retratado por vezes, como um país perfeito, ideal para se viver. Se esse importantíssimo romancista ainda fosse vivo, teria uma percepção contrária, posto que há diversos obstáculos que influenciam no retrocesso da nação, tal como a crise no sistema prisional brasileiro. Desse modo, percebe-se a consolidação de um grave problema, em virtude do silenciamento e da negligência estatal.

Diante desse cenário, é válido frisar que o silenciamento, por parte do corpo social, é uma das maiores causas do entrave. Consoante a pensadora Djamilia Ribeiro, é preciso tirar uma situação da invisibilidade para que soluções sejam promovidas. Sob esse viés, constata-se uma omissão no que se refere às discussões acerca da questão, uma vez que a sociedade não mais se espanta, sendo indiferente à compreensão dos problemas que se manifestam, resultante da crise no sistema prisional, como a superlotação, alimentação inadequada e saúde precária. Dessa forma, sem diálogo sério e massivo a respeito da problemática, torna-se utópica sua resolução.

Além disso, é oportuno ressaltar que a negligência estatal também contribui fortemente para a perpetuação da mácula. Segundo Émile Durkheim, filósofo e sociólogo francês, a sociedade funciona como um "organismo vivo", em que é necessário que cada órgão exerça sua função, para que haja um bem-estar social. Paralelamente a isso, nota-se que em decorrência da falta de políticas públicas e debates sobre os direitos básicos dos indivíduos em situação de cárcere, estes são excluídos, discriminados e tratados com indiferença diante dos demais. Logo, torna-se inaceitável tamanho descaso das autoridades diante dos princípios fundamentais para o desenvolvimento da nação.

Tendo isso em vista, cabe ao Estado, em parceria com as escolas, promover debates e campanhas informativas - por meio de rodas de palestras semanais no âmbito escolar e em

outros setores da sociedade - a fim de discutir sobre os impactos causados pela negligência das autoridades aos direitos básicos dos detentos, que vivenciam uma realidade precária e desumana em uma prisão e amenizar esse cenário caótico. Com tais implementações, será possível usufruir de um país ideal para se viver, assim como acreditava o romancista José de Alencar.

#5 – OS DESAFIOS DA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS NO BRASIL

Na série “The Good Doctor”, em alguns episódios, é retratada as dificuldades que os médicos enfrentam no transporte de um órgão entre um hospital e outro no tempo adequado, colocando em risco a vida do paciente necessitado do transplante. De maneira análoga à obra cinematográfica, a questão da doação de órgãos, no Brasil, ainda enfrenta empecilhos devido ao isolamento social, em virtude da pandemia do coronavírus, e à inobservância estatal da deficiente infraestrutura na saúde nacional. Desse modo, é indispensável o debate acerca da doação de órgãos no Brasil e como conscientizar a população da importância desse ato.

Primeiramente, vale ressaltar que a pandemia do coronavírus, e conseqüentemente o isolamento social, afetou a diminuição da doação de órgãos. De acordo com a MGTransplantes, a pandemia reduziu em 60% o número de doações de órgãos. Isso ocorre porque além de possíveis doadores descartados por suspeita de coronavírus, o número de ocorrências que os levam ao sistema também diminuiu com todos em quarentena, ocasionando a diminuição de doações. Assim, é necessário que essa incompreensão seja combatida para que mais vidas possam ser salvas.

Em segundo lugar, é notório que a estrutura dos hospitais brasileiros interfere na questão, uma vez que cerca de 70% dos órgãos doados não são utilizados a tempo, conforme pesquisa da (ABTO). Esse cenário é razão da alta complexibilidade de um transplante e da necessidade de equipamentos de qualidade para a realização do procedimento. No entanto, é evidente que o mal funcionamento das Unidades de Tratamento Intenso (UTIs), que mantêm os órgãos do indivíduo com morte encefálica vivos até a notificação de sua condição, por ausência de investimento, não possuem essas condições, tornando os órgãos que salvariam vidas impróprios para a doação.

Infere-se, portanto, que medidas devem ser tomadas para combater o dilema da doação de órgãos no Brasil. Sendo assim, cabe ao Ministério da Saúde promover propagandas informativas, por meio de comerciais e das mídias sociais, especificamente com profissionais da área da saúde, explicando os benefícios da doação de órgãos, com o intuito de fornecer conhecimento à população e ativar o encorajamento dos cidadãos a doarem seus órgãos conservados, e posteriormente doados aos indivíduos na fila de transplante. Dessa forma, se terá uma nação na qual a doação de órgãos ocorra sem obstáculos.

#6 — OS DESAFIOS DO ANALFABETISMO NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 garante que todo cidadão tem direito à educação e é dever do Estado e da família promovê-la, visando ao pleno desenvolvimento e preparo para o exercício de cidadania. Entretanto, na realidade brasileira, é notório que tal direito não é devidamente assegurado, visto os efeitos do analfabetismo funcional no desenvolvimento educacional. Desse modo, a ineficácia do governo e a falta de incentivo familiar contribuem para a perpetuação do problema.

Em primeira análise, convém ressaltar que a desvalorização do governo à educação ocasiona em uma parcela da população com analfabetismo funcional - termo usado para indivíduos que conseguem identificar letras e sentenças curtas, porém não compreendem a ideia Geral de conteúdos extensos. Nesse sentido, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a taxa de analfabetismo no Brasil passou de 6,8%, em 2018, para 6,6%, em 2019, totalizando 11 milhões de cidadãos sem saber ler e escrever. Em vista disso, a falta de recursos nas instituições públicas de ensino acarreta ainda mais em tal problemática, pois é o local onde é realizado a aprendizagem de conhecimento.

Ademais, é importante realçar a falta de incentivo da família ao ensino educacional. Em razão de que várias famílias, principalmente as de classe baixa, necessitam que membros mais novos vão à procura de trabalho para o sustento da família. Assim, abandonando os estudos e conseqüentemente podendo provocar o analfabetismo funcional. Além da dificuldade de futuramente conseguir um emprego, com a baixa qualificação para o mercado de trabalho competitivo.

Portanto, são necessárias medidas capazes de mitigar o analfabetismo funcional no Brasil. Para tanto, cabe ao Estado, em parceria com a família, investir em recursos educacionais e criar campanhas para o incentivo à educação, por meio de maiores distribuições de materiais às instituições de ensino e utilizar as redes sociais para a propagação das campanhas, a fim de que os índices de analfabetismo funcional diminuam. Logo, o direito à educação será assegurado, como estabelece a Constituição.

#7 — OS IMPACTOS DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Após a ditadura militar, foi criada a Constituição Federal em 1988, que prevê a segurança e o bem-estar como inerente a todo cidadão brasileiro. Conquanto, a alienação parental impossibilita que uma parcela da população desfrute desses direitos universais na prática. Sendo assim, faz-se necessário analisar a falta de atenção do Estado, mas também a negligência familiar como principais motivadores dessa problemática.

Em primeiro plano, convém ressaltar que a alienação parental está ocasionando inúmeros empecilhos para a população brasileira. Nesse viés, pode-se salientar uma citação do filósofo John Locke mediante a pautas importantes como essa, na qual afirma que há a violação do "Contrato Social", uma vez que o Estado não cumpre a sua função de garantir que os cidadãos desfrutem dos seus direitos. Por conseguinte, essa afirmação se comprova verídica quando comparada à conjuntura do século XXI, em que um grande algoritmo de crianças e adolescentes se encontram em situações constrangedoras, as quais os pais são os principais culpados, ou seja, quando há uma devida separação, fazem chantagens para que os filhos fiquem contra o pai ou a mãe. Nesse sentido, essas circunstâncias acabam gerando problemas psicológicos, os quais afetam o bem-estar da vítima. Perante ao exposto, se torna imprescindível a atuação do Estado sob esse impasse.

Ademais, é fundamental apontar a negligência familiar como impulsionadora do problema no Brasil. Segundo o filósofo Platão, "O importante não é viver, mas viver bem", esse pensamento se contradiz, pois não há como viver bem em uma família que não aceita como você é. Sob essa ótica, tem-se como exemplo as famílias que não deixam os filhos seguirem as suas vidas, escolherem uma profissão, ou até mesmo não respeitam a orientação sexual dos mesmos. Diante disso, por conviverem sempre em um ambiente pesado, sem poder fazer as suas escolhas, essa situação faz com que os filhos convivam com o constante medo de decepcionar os pais. Logo, é inadmissível que esse cenário continue a perdurar.

Torna-se evidente, portanto, a necessidade de se tomar medidas para combater esse problema no Brasil. Cabe ao Governo, por meio de debates sobre a alienação parental, implementar uma lei mais revigorada, em que quando houver situações de ameaças e chantagens dos pais para os filhos, os culpados sejam devidamente punidos perante a justiça, por estarem violando a saúde mental e o convívio em família do indivíduo. A fim de garantir que os cidadãos usufruam dos seus direitos, assim como está citado na Constituição Federal.

#8 — OS DESAFIOS DA QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL

Na obra pré-modernista "Triste Fim de Policarpo Quaresma", do escritor Lima Barreto, o major Quaresma, admirador das riquezas oriundas do país, acreditava que, se superados alguns desafios, o Brasil alcançaria o patamar de nação desenvolvida. No entanto, ao observar os impactos da questão indígena no Brasil, percebe-se que esses obstáculos ainda não foram superados, já que a negligência governamental na falta de políticas públicas para a divisão territorial dos índios e as falhas na educação brasileira potencializam esse entrave.

Em primeiro lugar, é lícito postular a passividade governamental no combate ao revés supracitado. Para entender essa lógica, alude-se ao pensamento do contratualista John Locke, no qual, em seu contrato social, afirma que o Estado tem o dever de garantir os direitos imprescindíveis dos indivíduos. Ao observar, no entanto, a quantidade de índios que foram despejados das suas aldeias e ficaram sem moradia, nota-se um rompimento no pacto estabelecido pelo filósofo. Dessa forma, é notório que os indígenas perdem suas terras para satisfazerem a atitude capitalista do governo em desmatar ou minerar as suas propriedades, o que poderia ser revertido se o Governo atuasse de forma correta no Brasil.

Ademais, é evidente que as falhas que atuam no ensino brasileiro impulsionam a desvalorização da cultura indígena. O filósofo Immanuel Kant afirma que o homem é aquilo que

a educação faz dele. Nesse contexto, no contraste da analogia do filósofo com a atual realidade brasileira, pode-se afirmar que os alunos não sabem a fundo o que acontece dentro da cultura indígena, já que nem a escola lhes oferece tal ensino. Dessa maneira, é válido ressaltar que, principalmente nas escolas públicas, os alunos mal sabem argumentar sobre a cultura dos índios, visto que, o que é estabelecido no modelo arcaico de ensino, é somente a história da colonização do Brasil, no qual transforma em um empecilho para a descoberta de uma nova cultura.

Infere-se, portanto, que medidas são necessárias para a efetiva minimização dos impactos causados pela questão indígena no Brasil. Cabe ao Governo Federal, junto ao MEC (Ministério da Educação), investir na reestruturação da educação engessada das escolas brasileiras, por meio da produção de conteúdos didáticos para a disciplina de história, a fim de que os indígenas possam ter o seu devido valor no país, para que, desse modo, o Brasil alcance o patamar de nação desenvolvida.

#9 — DESAFIOS DA CRISE HÍDRICA NO BRASIL

No meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho. De maneira análoga ao trecho do poema de Carlos Drummond de Andrade, pode-se estabelecer uma relação metafórica entre as "Pedras" no caminho e os desafios para combater a crise hídrica no Brasil, uma vez que esse entreve precisa ser retirado do âmbito social. Dessa forma, é válido salientar que essa realidade é fruto da omissão governamental e da falta de informação.

Sob esse viés, é lícito postular a negligência governamental como impulsionadora desse revés. Para entender essa lógica, alude-se ao pensamento do contratualista John Locke, o qual, em seu contrato social, afirmou que o Estado deve garantir direitos imprescindíveis aos indivíduos. Ao observar, no entanto, o Estado é negligente, pois investe de maneira mínima em projetos informativos acerca da crise hídrica para a população e como é prejudicial à vida dos indivíduos. Conseqüentemente, levando as pessoas à falta de conhecimento. Desse modo, nota-se um rompimento estabelecido pelo filósofo.

Ademais, vale também ressaltar o silenciamento por parte da escola e sua intrínseca relação com a crise hídrica. À luz dessa perspectiva, pode-se mencionar a afirmação de Rubem Alves, educador brasileiro, o qual defendeu a idéia de que há escolas que são asas e há escolas que são gaiolas. Nesse sentido, é perceptível que, no Brasil, a grande maioria das escolas exerce a função de "gaiola", já que os debates sobre a crise hídrica inexistem na grade comum curricular. Assim, por priorizar conteúdos técnicos e teóricos, o ambiente de ensino estimula o desconhecimento dos alunos sobre o desperdício de água.

Depreende-se, portanto, a necessidade de medidas que resolvam esse impasse. Para isso, o Governo Federal, poder executivo no âmbito social, juntamente ao Ministério da Educação, deve criar campanhas de conscientização sobre a crise hídrica e seus malefícios, por meio de redes sociais e escolas, com o intuito de Informar os cidadãos acerca do assunto. Assim, se tornará uma sociedade mais ponderada, onde o Estado desempenha corretamente seu "Contrato Social", tal como afirma Jonh Locke.

#10 – DESAFIOS DO ASSÉDIO POR INTRUSÃO

A série "You" demonstra o comportamento obsessivo de Joe por Beck, que é perseguida constantemente durante o enredo. Fora da ficção, esse cenário se assemelha à realidade das vítimas que sofrem o assédio por intrusão, conhecido, também, como "stalking" no país. Nesse sentido, nota-se que a má influência midiática e a omissão governamental são fatores que determinam a persistência do impasse, que, para tal, devem ser analisados.

Em primeiro plano, vale ressaltar como os meios digitais favorecem a continuidade da questão. Nesse contexto, a Terceira Revolução Industrial técnico-científica foi responsável pelo avanço da internet e das redes sociais. Desse modo, a criação dessas ferramentas, embora benéfica, contribuiu para que os usuários começassem a expor, frequentemente, a maioria dos momentos vividos em suas rotinas. Conseqüentemente, isso possibilita que os "stalkers", possuam acesso às localizações e informações das vítimas, o que facilita a prática da perseguição. Assim, percebe-se como a má utilização das redes pode se tornar maléfica para a segurança da privacidade dos indivíduos.

Ademais, a negligência estatal possui íntima relação com o problema abordado. Nessa perspectiva, a Constituição Federal, em um de seus artigos, assegura que o ato de perseguição obsessiva é considerado criminoso no Brasil. No entanto, apesar de ser uma garantia constitucional, apresenta falha na execução, visto que há a ausência de políticas eficientes, como maior punição, que garantam proteção às pessoas que vivenciam tal paradigma. Por consequência, os alvos do crime não possuem segurança para saírem de suas casas, uma vez que seus agressores permanecem impunes, podendo persegui-los. Assim, é ilógico pensar que, em uma nação que se consagra desenvolvida, o bem-estar de seus habitantes sejam colocados em segundo plano.

Infere-se, portanto, a necessidade de mudanças que combatam o assédio por intrusão no Brasil. O Poder Executivo, responsável pela administração da legislação e dos interesses públicos, deve promover a efetivação das leis já existentes, tornando-as mais rígidas, bem como a criação de um ambiente de denúncias digital, vigiado pelos oficiais, que deverão rastrear os criminosos e apurar os fatos expostos, com o intuito de garantir aos cidadãos brasileiros proteção e segurança, seja no meio virtual ou real. Somente assim, tornar-se-á possível contornar a instabilidade da situação, para que a mesma não se assemelhe ao cenário do seriado "You".

#11 – COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS

De acordo com o Paul Watson, cofundador da Greenpeace, inteligência é a habilidade das espécies para viver em harmonia com o meio ambiente. Contudo, no Brasil, os indivíduos nem sempre são inteligentes, como afirma Paul, visto que ainda é preciso combater o tráfico de animais silvestres, o qual afeta a relação harmônica com a natureza. Dessa forma, é crucial analisar os fatores que contribuem para essa problemática, a exemplo da negligência do Estado e da ausência de consciência populacional.

Nessa perspectiva, é evidente que a omissa postura estatal em lutar contra o tráfico de animais silvestres agrava a problemática. Sob esse viés, segundo a Constituição Federal, promulgada em 1988, todos têm direito a um meio ambiente equilibrado, além disso, é responsabilidade do Poder Público preservá-lo. Entretanto, a realidade garantida na norma constitucional não é vista na prática, uma vez que não há fiscalizações e investimentos que visem proteger a fauna nacional. Como consequência disso, os seres silvestres ficam vulneráveis e o comércio ilegal deles aumenta. Destarte, é inadmissível que a negligência do Estado contribua para a persistência desse terrível cenário.

Ademais, a falta de consciência da população brasileira é outro fator que auxilia na permanência do tráfico de animais silvestres. Nesse contexto, é pertinente citar a animação “Rio”, na qual os indivíduos traficam uma arara azul, sem se importar com as leis que afirmam que tal prática é criminosa. Sob esse prisma, a ausência de comprometimento da sociedade com o objetivo de denunciar tais atos, como também a escassa preocupação com o meio ambiente dificultam o combate a esse crime. Como resultado, os animais correm o risco de extinção e a comercialização ilegal persiste, de forma similar ao filme “Rio”. Desse modo, é relevante que os cidadãos cumpram a sua responsabilidade de denúncia, caso oposto, essas atitudes criminosas não serão solucionadas.

Portanto, é necessário que haja o combate ao tráfico de animais silvestres no Brasil. Logo, cabe ao Ministério do Meio Ambiente – responsável por proteger e por garantir um meio ambiente equilibrado – investir em um projeto de proteção aos animais, o qual terá por nome “Todos pela natureza”, que estimulará a população a denunciar, punirá os responsáveis dos crimes e, assim, promoverá uma vida melhor aos seres. Tal ação interventiva será feita por meio do direcionamento de verbas e de fiscalizações rigorosas, a fim de garantir que a fauna brasileira seja protegida. Feito isso, os indivíduos serão inteligentes para viver em harmonia com a natureza, como afirma Paul Watson.

#12 — OS DESAFIOS DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

No reality show “Big Brother Brasil”, a participante Juliette Freire, nordestina, foi vítima do preconceito linguístico praticado por outra integrante, de origem sulista, da casa. Semelhante ao cenário exposto, os indivíduos brasileiros, os quais se incluem nas diversas variações da língua portuguesa, sofrem, constantemente, a discriminação. Nesse sentido, nota-se que o legado histórico e a omissão estatal são fatores que favorecem a ocorrência do problema, portanto, devem ser analisados.

Em primeiro plano, observa-se que o processo de construção da sociedade brasileira possui íntima relação com a questão abordada. Nesse contexto, durante o período colonial, foi imposto aos indígenas que abandonassem seus idiomas, adequando-se ao português falado na época. Desse modo, percebe-se como tal comportamento ainda está em vigor na contemporaneidade, uma vez que é criado no país, um padrão linguístico, o qual é responsável por desvalorizar a maioria das variedades linguísticas existentes no país, principalmente a nordestina. Logo, enquanto a população se mantiver omissa, será difícil desintegrar o preconceito enraizado, bem como promover o respeito a todas as expressões brasileiras.

Ademais, a negligência governamental é outro elemento que contribui para a continuidade do impasse. Nessa perspectiva, a Constituição Federal, em um de seus artigos, assegura o respeito às diferenças e a todos os cidadãos. Entretanto, embora seja uma garantia constitucional, apresenta falha na prática, visto que o Estado, ao não viabilizar a efetivação de tais sanções, ou seja, punir devidamente as pessoas que praticam a intolerância linguística, colabora para que o crime continue sendo praticado e disseminado no território nacional. Assim, é ilógico pensar que, em uma nação que se considera democrática, a população seja negligenciada pelo próprio Governo.

Infere-se, então, a necessidade da implementação de medidas que coloquem fim ao preconceito linguístico no Brasil. O Poder Executivo, que se responsabiliza pela administração das leis e dos interesses públicos, deve desenvolver comerciais de televisão, os quais devem ser representados por um integrante de cada região, falando sobre a importância de cada variação que constitui o português brasileiro. Além disso, deve-se reformular as leis já existentes, tornando-as mais rígidas, com o intuito de, não apenas garantir que cada indivíduo possa se expressar, de maneira livre, como assegurado pela legislação, conforme seu local de origem, como também extinguir quaisquer preconceitos que possam existir.

#13 — IMPACTOS DA APROPRIAÇÃO CULTURAL

O quadro expressionista “O grito”, do pintor norueguês Edvard Munch, retrata a inquietude, o medo e a desesperança refletidos no semblante de um personagem envolto por uma atmosfera de profunda desolação. Para além da obra, observa-se que, na conjuntura brasileira contemporânea, o sentimento de milhares de indivíduos assolados pela apropriação cultural é, amiudadamente, semelhante ao ilustrado pelo artista. Nesse viés, torna-se crucial analisar as causas desse revés, dentre as quais se destacam a negligência governamental e a má influência midiática.

A princípio, é imperioso notar que a omissão estatal potencializa a discriminação. Esse contexto de inoperância, exemplifica a teoria das Instituições Zumbis, do sociólogo Zygmunt Bauman, que as descreve como presentes na sociedade, todavia, sem cumprirem sua função social com eficácia. Sob essa ótica, devido à baixa atuação das autoridades, o governo não promove o aprendizado de outros costumes e ameniza a adequação desrespeitosa. Nessa perspectiva, para a completa refutação da teoria do estudioso polonês e mudança dessa realidade, faz-se imprescindível uma intervenção estatal.

Outrossim, é igualmente preciso apontar a má influência midiática como outro fator que contribui para a manutenção do problema. De acordo com o filósofo Jiddu Krishnamurti “Não é sinal de saúde estar bem adaptado a uma sociedade doente.” Diante de tal exposto, por conta da apropriação realizadas por certas marcas e grupos, a comunidade deixa de incluir-se como um todo. Logo, é inadmissível que esse cenário continue a perdurar.

Portanto, são necessárias medidas capazes de mitigar os efeitos negativos propiciados pela apropriação cultural. Dessa forma, o governo, com a mídia, deve promover apresentações, por meio de palestras ministradas com personagens pertencentes à cultura específica, visando um melhor ensinamento das diferentes culturas, a fim de que a população possa ter conhecimento ampliado sobre culturas históricas e aceitação das diferenças. Espera-

se, assim, que os sofrimentos emocionais retratados por Munch delimitem-se apenas ao plano artístico.

#14 — DESAFIOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Tecnologia. Educação. Desigualdade. Essas são questões que caracterizam as perspectivas e desafios da educação à distância na sociedade brasileira, uma vez que o ensino EAD cresceu na pandemia do novo coronavírus, revelando problemas como a desigualdade entre os alunos. Nesse contexto, percebe-se a configuração de contornos específicos, em virtude da falta de responsabilidade do governo e da dificuldade de comunicação da escola com os alunos.

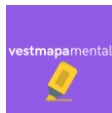
Em primeira análise, a falta de responsabilidade do governo em oferecer poucas verbas para as escolas e seus respectivos alunos mostra-se como um dos desafios à resolução do problema. Segundo Hegel, um dos filósofos mais importantes da história, a razão rege o mundo. No entanto, verifica-se uma atuação da irracionalidade na questão da negligência do governo no EAD, que tem como base uma forte influência da falta de um pensamento racional. Assim, sem a presença de uma lógica que permita tomar decisões de bom senso, esse problema tem sua intervenção dificultada.

Além disso, os desafios do EAD no Brasil encontra terra fértil na dificuldade de comunicação da escola com os alunos. Nesse sentido, Habermas traz uma contribuição relevante ao defender que a linguagem é uma verdadeira forma de ação. Desse modo, para que os desafios do ensino à distância sejam resolvidos é necessária comunicação do colégio com seus aprendizes. No entanto, percebe-se uma lacuna no que se refere a essa questão, que ainda é muito dificultada. Assim, trazer à pauta esse tema e debatê-lo amplamente aumentaria a chance de atuação nele.

Portanto, é mister que o Estado tome providências para amenizar o quadro atual. Dessa forma, cabe ao Ministério da Educação oferecer verbas, por meio de parcerias com a presidência do Brasil e demais Ministérios. Tal opção tem como objetivo melhorar a qualidade de ensino e, conseqüentemente, amparar os educandos, facilitando o acesso às aulas, oferecendo aparelhos tecnológicos e redes de internet. Assim, espera-se que com essa intervenção a problemática seja freada no Brasil.

#15 — EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

A Terceira Revolução Industrial possibilitou o avanço da internet e o surgimento de novas formas de tecnologia. Na contemporaneidade, esse processo vem contribuindo para a difusão do empreendedorismo digital, que influencia nas escolhas profissionais dos jovens brasileiros. Desse modo, nota-se que a pandemia e a omissão estatal são fatores que devem ser analisados, os quais favorecem e impedem, respectivamente, a consolidação do exposto.



Em primeiro plano, percebe-se que o contexto pandêmico vivenciado no país colaborou positivamente para o crescimento desse setor. Nesse sentido, durante a pandemia, foi decretado que a maioria das atividades fossem suspensas por um período indeterminado. Dessa forma, isso motivou que diversos indivíduos começassem a trabalhar através do ambiente digital, empreendendo desde a venda de produtos on-line, até a comercialização de mercadorias. Logo, é possível observar como esse fator é responsável pela transformação da sociedade, que, antes, se encontrava economicamente alienada.

Ademais, analisa-se que a negligência governamental relaciona-se negativamente com a questão abordada. Nesse contexto, segundo o filósofo Rousseau, o Estado deve agir em coletividade com a população para que haja harmonia. Entretanto, é notório que isso não ocorre na prática, uma vez que o Governo não promove políticas que visem a inserção dos jovens estudantes ao mercado empreendedor após a conclusão do ensino médio. Assim, enquanto o ensino escolar se mantiver ultrapassado, será difícil construir uma geração que tenha habilidade para gerenciar o próprio negócio.

Infere-se, portanto, a necessidade de mudanças que configurem a importância do empreendedorismo digital na profissão dos jovens. O Ministério da Educação deve reformular o ensino das instituições públicas e privadas, acrescentando à grade horária, aulas de educação financeira, que serão responsáveis por ensinar os alunos conceitos básicos sobre empreendedorismo, para que, futuramente, possam aplicá-los em suas profissões. Somente assim, tornar-se-á possível colocar em vigor os benefícios trazidos pela Terceira Revolução Industrial ao comércio digital e empreendedor.

#16 — O PAPEL DO ESPORTE NO COMBATE AO PRECONCEITO

As Olimpíadas da Grécia Antiga foram marcadas pelo preconceito e pela exclusão social, visto que mulheres, estrangeiros e escravos não podiam participar dos Jogos. Atualmente, apesar de essas e outras minorias sociais terem sido integradas no evento, o papel do esporte no combate ao preconceito ainda não foi consolidado. Isso se deve, principalmente, à mentalidade social historicamente preconceituosa, bem como à insuficiência de mobilização e debates acerca da discriminação nesse meio.

Sob esse viés, vale ressaltar que o preconceito é um legado histórico ainda presente na contemporaneidade, inclusive no que tange ao esporte. Nas Olimpíadas de Tóquio, realizadas neste ano, a porcentagem de homens e mulheres competindo foi quase totalmente igualitária, de acordo com o portal de notícias "G1". Contudo, a crença de que certos esportes são "inadequados" para algum dos gêneros continua sendo disseminada, o que remete ao sexismo antes praticado na Grécia Antiga. Além disso, esportes como ginástica e patinação artística são, muitas vezes, associados à feminilidade e delicadeza, características preconceituosamente abominadas pela sociedade, se tratando de um homem. Logo, atletas sentem-se intimidados e receosos quanto aos julgamentos que podem sofrer, e isso prejudica sua segurança e bem estar.

Ademais, o incentivo ao debate em prol do combate ao preconceito no esporte ainda é escasso. Segundo a filósofa Hannah Arendt, no cenário atual, há uma "banalização do mal", ou seja, certos problemas são negligenciados e tratados com naturalidade. Nesse contexto, episódios como racismo, machismo, xenofobia, entre outros, são minimizados, o que acarreta a pouca mobilização para combater tais preconceitos, visto que a discriminação é vista como

algo que sempre existiu e, aparentemente, não possui solução. Desse modo, o conformismo contribui para a continuidade do entrave.

Portanto, o Ministério da Cidadania deve atuar no âmbito esportivo e promover mecanismos de combate ao preconceito nesse meio, mediante projetos de treinamento e reconhecimento de atletas, sem nenhuma distinção, a fim de consolidar o respeito e a integração social de todos. Outrossim, as grandes mídias como TV e internet devem promover o debate acerca da discriminação no esporte, visando combater a banalização desse problema e mobilizar a população. Assim, o esporte desempenhará seu papel no combate ao preconceito de modo mais efetivo.

#17 — IMPACTOS DA GRAVIDEZ PRECOCE NO BRASIL

Na série "Grey's Anatomy", em um de seus episódios, a adolescente Betty engravida precocemente, não tendo estrutura mental e apoio familiar para lidar com a questão. No contraste fictício com a realidade brasileira, a situação da personagem se assemelha ao cotidiano de muitos jovens brasileiros que possuem filhos durante a adolescência. Dessa forma, observa-se que a negligência familiar e a omissão estatal são fatores que devem ser analisados.

Em primeiro plano, vale ressaltar que a inércia familiar possui íntima relação com o problema abordado. Nesse sentido, de acordo com o sociólogo Durkheim, em seu conceito de fatos sociais, a família é responsável por criar regras, as quais devem ser passadas para as gerações futuras, e ensiná-las. No entanto, nota-se que o exposto é antagônico ao que ocorre na prática, uma vez que vários familiares não conscientizam jovens e crianças a respeito da gravidez precoce. Por consequência, isso colabora para o aumento do número de casos de evasão escolar, dado que, ao não receberem o apoio familiar após o acontecimento, são, geralmente, destinadas a deixarem os estudos para dedicarem tempo integral aos cuidados maternos.

Ademais, a inoperância governamental é outro fator que favorece a continuidade do conflito. Nesse contexto, segundo o filósofo Michel de Montaigne, a saúde é coisa preciosa, na qual merece o máximo de esforço para ser mantida. Entretanto, pode-se perceber a existência de atrito entre o pensamento analisado e a realidade da sociedade brasileira, visto que, apesar de tal patologia social ser considerada um problema de saúde pública, poucos são os esforços do Estado para garantir tais direitos, como o "pré-natal" de qualidade, às gestantes, principalmente ao se tratar de classes menos favorecidas. Consequentemente, sem recursos à vista, tais jovens enfrentam riscos durante o período gestacional, que sem acompanhamento, podem prejudicar tanto a menina, quanto o bebê, uma vez que não estão suficientemente preparadas para gerá-los.

Infere-se, portanto, a necessidade da implementação de medidas que combatam a gravidez precoce no Brasil. O Ministério da Saúde, em parceria com as escolas públicas e privadas, deve adicionar à carga horária das instituições, aulas de educação sexual, através da reforma do ensino, que serão responsáveis por ensinar as formas de prevenção da gravidez e de doenças, bem como os perigos que ambos trazem para a infância. Além disso, deve ser realizada a facilitação do acesso aos cuidados médicos para as adolescentes que já estão grávidas, com o intuito de prezarem pela saúde da mesma. Somente assim, tornar-se-á possível que mudanças sejam observadas, e que os índices de gravidez precoce sejam reduzidos, até que sejam estagnados

#18 — INTEGRAÇÃO SOCIAL DA PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN

Na antiga Esparta, era notável o tratamento dado para alguns cidadãos, que, por possuírem deficiências físicas ou psicológicas, eram discriminados e mortos por causa de sua incapacidade em desempenhar atividades normais na sociedade. Analogamente, esse fato histórico se assemelha com a atual realidade brasileira, uma vez que, são vários os desafios para a integração social da pessoa com síndrome de Down. Dessa maneira, tanto o preconceito praticado pela população quanto a desinformação a respeito desse tema são fatores que pioram significativamente essa problemática.

Primeiramente, é importante salientar que as ofensas e os estigmas praticados contra essa parcela da sociedade tem se tornado cada vez mais frequentes. Baseado nisso, é válido abordar o conceito de Banalidade do Mal, proposto pela filósofa alemã Hannah Arendt, que contém a seguinte afirmação: à medida que um indivíduo faz algo ruim, ele para de ver sua atitude como sendo errada. Nesse sentido, nota-se que, aos poucos, as pessoas estão se acostumando a discriminar e a ofender os portadores da síndrome de Down. Logo, são visíveis os desdobramentos de tal fenômeno, visto que, por sofrerem preconceito e rejeição constantes, esses indivíduos acabam sendo excluídos das interações sociais, e, além disso, correm o risco de adquirir problemas psicológicos, como a depressão.

Outrossim, a desinformação da população sobre esse assunto agrava ainda mais esse cenário. Sob essa ótica, segundo o empresário Alisson Zigulich, "as pessoas preenchem com a criação onde lhes falta informação". Nesse viés, por causa do pouco conhecimento, boa parte dos cidadãos formulam hipóteses e afirmações errôneas sobre esse problema genético. Em suma, as consequências disso são evidentes, pois, pela escassez de políticas informativas a respeito dessa situação, a marginalização dos indivíduos com Down aumenta, o que impede que esse grupo viva harmonicamente na contemporaneidade.

Fica evidente, portanto, que medidas são necessárias para mitigar os desafios para a inserção social da pessoa com síndrome de Down. Cabe ao Ministério da Saúde, em parceria com a mídia, fazer uma explicação sobre essa variação genética por meio de propagandas que falem, por exemplo, qual a origem dessa síndrome e se a mesma acomete esses portadores a ponto de impossibilitá-los de exercer funções normais dentro do corpo social. Sendo assim, tal medida será tomada com o objetivo de amenizar essa discriminação e de assegurar o espaço dessa minoria na sociedade. Dessa forma, o tratamento dos espartanos não se repetirá na cultura brasileira.

#19 — OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Finlândia - localizada na Europa e referência em índices educacionais - proporciona aos estudantes, desde o ensino básico, conhecimentos primários acerca de finanças. Diferente

do que ocorre na realidade brasileira, tais assuntos não são devidamente abordados no cotidiano dos brasileiros, visto que a educação financeira é deficitária no país. Nesse sentido, cabe analisar como a falta de estímulo dos familiares e o ensino ultrapassado contribuem para a continuidade dessa patologia social.

Em primeiro plano, a inércia familiar relaciona-se intimamente com o problema abordado. Nesse contexto, segundo o sociólogo Durkheim, as instituições sociais - sendo a família uma delas - são responsáveis por ensinar e criar regras, as quais devem ser passadas de geração em geração. No entanto, nota-se que tal exposto é antagônico ao que ocorre na prática, uma vez que as famílias brasileiras não ensinam as crianças e jovens a lidarem com o capital de maneira correta, ou seja, economizando-o e estipulando metas, que os ajudem a se organizarem financeiramente. Dessa forma, percebe-se que, enquanto o núcleo familiar se mantiver omissivo, impasses financeiros permanecerão em vigor nas gerações futuras.

Ademais, os colégios, ao não receberem recursos suficientes do Governo para aprimorarem o ensino, colaboram para a persistência da questão. Nessa perspectiva, de acordo com John Rawls, em uma "Teoria da Justiça", um governo ético é aquele que disponibiliza recursos iguais a todos os setores. Contudo, na atual conjuntura, observa-se que tais meios não são aplicados adequadamente no sistema brasileiro de ensino, dado que as escolas, em maioria públicas, não possuem condições para acrescentarem à grade curricular a educação financeira como conteúdo obrigatório. Desse modo, é ilógico pensar que, em uma nação que se consagra desenvolvida, o planejamento financeiro seja colocado em segundo lugar pelo Estado.

Infere-se, portanto, a necessidade da implementação de medidas que revertam a agravante situação financeira do país tupiniquim. O Ministério da Educação deve promover a conscientização da sociedade a respeito da importância de estudar e conhecer sobre finanças, através de palestras e reuniões periódicas, as quais deverão ocorrer nas instituições escolares públicas e privadas, envolvendo pais e alunos, bem como o fornecimento de verba às escolas, por meio de arrecadações anuais, que sejam suficientes para proporcionarem aos estudantes, formas de estudo da educação financeira, colocando-a como matéria extracurricular obrigatória, com o objetivo de contribuir, assim, para que mais pessoas possam adquirir tais conhecimentos.

#20 — OS DESAFIOS DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL

Jean Lojkin pontua, no livro "A Revolução Informacional", a existência, no capitalismo, de força produtiva e tecnologia capazes de produzir alimento para toda a população mundial. Contudo, essa teoria não se aplica à realidade brasileira, visto os desafios alimentares do país, exemplificados pela população que vive na miséria e, dessa forma, passa fome. Nesse contexto, a disparidade econômica é um grande formador dessa conjuntura, assim como o desdém da sociedade.

Simultaneamente, é importante frisar as desigualdades sociais como agentes do processo de desnutrição e de obesidade alocados no Brasil. Sob esse viés, o livro "Capitães da Areia", do escritor Jorge Amado, evidencia a falta de comida das crianças desabrigadas, tal

miséria exemplifica não apenas o contexto do lançamento da obra, da década de 1930, mas expõe, ainda, uma conjuntura atual. Portanto, as disparidades financeiras regulam a fome nas classes baixas, tal como evidenciam a obesidade nas mais abastadas, o que configura um enorme obstáculo na uniformidade da alimentação e preza por mudanças.

Outrossim, vale pontuar o descaso social dos mais ricos - frente a situação dos miseráveis - como um processo que fomenta a instabilidade alimentar. Analogamente, Sérgio Buarque, sociólogo, teorizou o termo “homem cordial” para exemplificar o ser que se importa com os próprios interesses, mas despreza os dos outros, dessa maneira, isso é recorrente no âmbito alimentar, tendo em vista o pensamento de que apenas a própria alimentação é importante. Enfim, o desdém da sociedade é mostrado em sinais de trânsito, locais onde pessoas pedem ajuda para se alimentar, dado que esses indivíduos são categoricamente ignorados, assim, tal aspecto evidencia a problemática brasileira e pede modificações.

Destarte, frente às disparidades econômicas e à indiferença social, medidas são necessárias para o combate aos desafios relacionados à alimentação no Brasil. Logo, o Ministério da Cidadania, órgão responsável pelas políticas de desenvolvimento social, deve reformar o Programa de Aquisição de Alimentos - apoiador da agricultura familiar e garantidor do acesso à alimentação -, por meio da criação de um aplicativo para democratizar sua atuação. A fim de combater a insegurança alimentar com base na teoria de Lojkin.

#21 — A SOLIDARIEDADE BRASILEIRA EM DEBATE

O Holocausto ocorreu na Segunda Guerra Mundial, ele consistiu em um momento em que uma parcela da população foi assassinada devido não ter a mesma crença e raça que Hitler, líder do movimento, o que demonstra a falta de empatia vigente. Nesse viés, no Brasil atual, observa-se que a falta de solidariedade ainda se configura como um problema. Desse modo, o governo e as escolas são agentes perpetuadores da problemática.

Sob essa ótica, a passividade governamental contribui para a continuidade do impasse. Nessa perspectiva, John Locke, filósofo contratualista, afirma que é dever do Estado garantir os direitos de cada indivíduo. Ao observar, no entanto, o baixo investimento do governo em propagandas sobre a solidariedade e seus impactos na população, é notório o descumprimento do pacto feito pelo filósofo. Dessa forma, parte da população fica exposta a vários problemas, como a violência física, devido à falta de empatia das pessoas.

Ademais, a falta de debates nas escolas também influencia no revés supracitado. Nessa conjuntura, Vera Maria Candau, teórica brasileira, disserta que as instituições de ensino estão presas em moldes do século XIX, não estando aptas para tratar de assuntos hodiernos. Sob esse viés, nota-se que a teoria de Vera condiz com a realidade, visto que a base curricular trata somente de assuntos teóricos, não propondo debates sobre o cotidiano, como a baixa solidariedade no Brasil. Dessa maneira, os alunos não desenvolvem essa competência socioemocional, acarretando a falta de bondade entre os indivíduos.

Portanto, o governo, em parceria com influenciadores digitais, deve falar sobre a importância da solidariedade no Brasil, por meio de ‘lives’ realizadas nas redes sociais. Outrossim, o Ministério da Educação deve promover o debate sobre a solidariedade contemporânea, por intermédio de dinâmicas ministradas por especialistas em relações

humanas. Isso deve ser feito a fim de tornar a sociedade mais consciente sobre a importância da empatia, a tornando mais solidária no futuro.

#22 — DESAFIOS NO PROCESSO DE ADOÇÃO NO BRASIL

Desde a criação da Constituição Cidadã de 1988, a adoção é reconhecida como um ato lícito. Desse modo, esse processo, por cuidar de crianças e adolescentes desprotegidos, exige acompanhamento e regularização. Entretanto, no Brasil, apesar de muito importante, o processo de adoção sofre alguns desafios, tais como o preconceito acerca do apadrinhamento e a seletividade do adotante. Logo, é preciso liquidar essas mazelas de maneira eficaz.

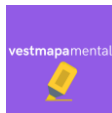
De início, é importante mencionar que muitos, infelizmente, ainda são ignorantes a respeito dos adotados. Sob essa lógica, segundo o sociólogo Zigmunt Bauman, a sociedade passou de sólida a líquida. Nessa perspectiva, as relações estão diferentes e as famílias são compostas de maneiras diferentes. Todavia, muitas pessoas ainda estão ligadas às construções familiares do passado e tem preconceito com a adoção. Então, é preciso informação para que as pessoas entendam que adotar é um ato digno.

Outrossim, é relevante ressaltar que a seletividade dos adotantes é uma mazela durante o processo. Ainda que o número de menores esperando um lar seja grande, a maioria não se encaixa nos padrões que muitas famílias reivindicam. Nesse sentido, muitas crianças e adolescentes são recusadas por não seguirem o protótipo procurado, como a cor da pele, idade, quantidade de irmãos. Sob essa perspectiva, em um episódio da novela "Chiquititas", um casal nega adotar duas personagens órfãs, Tati e Vivi, apenas por elas serem irmãs. Sendo assim, é evidente que isso necessita de solução.

Portanto, medidas são necessárias para resolver o impasse. A fim de diminuir o número de jovens na fila de adoção, urge que o Ministério da Criança e do Adolescente, em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conanda, informe e clarifique à população acerca da dignidade e da relevância da adoção, por meio de campanhas publicitárias na internet. Nas propagandas, devem ser fornecidas informações sobre o apadrinhamento, mostrando que é um ato de mérito e carinho, bem como deve ser divulgado o passo a passo para adotar um menor. Entende-se que, com essas medidas, os desafios do processo de adoção no Brasil serão minimizados.

#23 — DESAFIOS DA INCLUSÃO DOS MORADORES DE RUA À SOCIEDADE

A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu artigo 6º, que todos têm o direito à moradia e à assistência social. Conquanto, tal prerrogativa não tem se reverberado com ênfase na prática quando se observa o cenário atual brasileiro, haja vista que muitos cidadãos em



situação de rua têm seus direitos negligenciados. Isso ocorre tanto pela falta de investimentos governamentais quanto pela apatia social.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar a ausência de investimentos governamentais que promovam uma mudança social. Segundo uma pesquisa publicada pelo IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada —, o Brasil tem pouco mais de 100 mil pessoas vivendo nas ruas. Sob essa perspectiva, é incoerente que tal situação continue a perdurar, uma vez que o direito à moradia e à assistência social é constitucional. Porém, é notável a negligência por parte do Estado, que pouco faz para mudar tal problemática que afeta tanto a sociedade hodierna.

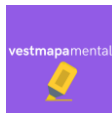
Ademais, outro fator a ser discutido é a invisibilidade dos moradores de rua, ou seja, a falta de empatia advinda da sociedade brasileira. De acordo com Simone De Beauvoir — filósofa francesa —, o maior dos escândalos é que nos habituamos a eles. Sendo assim, uma sociedade acostumada a enxergar a miséria de alguns como uma coisa normal, acaba por promover cada vez mais a apatia, tendo em vista que sem ação social constante, não haverá modificação na realidade caótica que muitos enfrentam.

Infere-se, portanto, que medidas são necessárias para que haja a integração dos moradores de rua à sociedade brasileira. É necessário que o Estado disponibilize recursos financeiros para que sejam investidos em projetos que assegurem os direitos dos moradores de rua, mediante a construção de abrigos em grandes centros urbanos, que forneçam tudo que está prescrito no artigo 6º da Constituição Federal. Junto a isso, deve-se, também, criar campanhas presenciais e virtuais que instrua a população brasileira, a fim de que sejam conscientizados e a apatia social seja combatida.

#24 – OS DESAFIOS DOS RELACIONAMENTOS FAMILIARES NO CONTEXTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS

Na novela "Chiquititas", exibida pelo SBT entre os anos de 2014 e 2015, o personagem Diego é uma criança habituada ao uso frequente de aparelhos tecnológicos no cotidiano. O garoto é uma representação simbólica da indissociabilidade entre as pessoas e as ferramentas digitais. Nesse contexto, os relacionamentos familiares tornam-se, cada vez mais, escassos, uma vez que é o distanciamento interpessoal, provocado pela influência dos aparelhos tecnológicos, que cristaliza esse problema no corpo social. Assim, o individualismo entre os parentes, como também a superficialidade nos contatos entre eles aprofundam esse imbróglio.

Diante desse cenário, é evidente que a individualidade intrínseca no seio familiar propaga as barreiras que fundamentam as dificuldades dos contatos interpessoais. Isso ocorre devido à despreocupação dos membros das famílias com os outros familiares, baseando as relações por meio de ligações de celulares ou por redes sociais, o que explica a indiferença em manter contatos diretos. Nesse sentido, a música "Terra de Gigantes", da banda "Engenheiros do Hawaii", ratifica o distanciamento entre as pessoas ao afirmar que todo mundo é uma "ilha" - pessoa individual e única. Sob essa perspectiva, os músicos atestam a individualidade



entre as pessoas, caracterizada pelos relacionamentos, causando, dessa forma, o distanciamento entre parentes.

Além disso, as relações superficiais promovem lacunas no desenvolvimento de contatos fluidos quanto ao conhecimento recíproco entre os membros da família. Nessa lógica, é possível inferir que tal problema advém do período atual, marcado pela grande quantidade de informações e tecnologias que diminuem a distância geográfica entre as pessoas, ao passo que aumentam a superficialidade e difundem a escassez dos contatos lineares entre parentes próximos. Sob esse prisma, o empresário Steve Jobs afirma que "a tecnologia move o mundo", o que explicita os efeitos no distanciamento familiar.

Diante dos fatos supracitados, torna-se inegável que o hipocentro desse problema é o distanciamento interpessoal. Portanto, o Ministério da Educação deve promover, junto às escolas, a inserção da disciplina de educação digital na Base Nacional Comum Curricular, o meio da alteração nas Leis de Diretrizes e Bases Educacionais, a fim de modificar a mentalidade das pessoas e promover a mudança desde a tenra idade - para que as pessoas não se sintam desnorteadas e exclusas das famílias.

#25 – OS DESAFIOS DO FUTURO DO TRABALHO PARA AS FUTURAS GERAÇÕES NO BRASIL

A Revolução 4.0 – conceito desenvolvido pelo economista Klaus Schwab – consiste no conjunto de tecnologias inovadoras que transformarão o cotidiano, os relacionamentos e, sobretudo, o trabalho. Entretanto, substancial parcela dos brasileiros se mostra despreparada para os desafios com os quais as próximas gerações serão obrigadas a conviver. Assim, as habilidades necessárias para o trabalhador do futuro passam pela capacidade de aprender, bem como pelo desenvolvimento socioemocional.

Diante desse cenário industrializado, aprender a aprender: essa será uma das mais importantes características do trabalhador do futuro. Nesse contexto, o atual sistema de ensino é baseado no modelo ultrapassado do Iluminismo, que insiste em tratar os estudantes como indivíduos passivos no processo pedagógico, aliado à perspectiva do professor como figura detentora de todo o conhecimento. Esse formato educacional – fundado no século XVIII – ainda está vigente e é incapaz de estimular os alunos a criar o aprendizado de forma ativa e constante, o que inviabiliza o desenvolvimento da atualização fundamental para as futuras profissões.

Ademais, na Revolução 4.0, as máquinas serão capazes, a curto prazo, de desenvolver tarefas operacionais com mestria. Com efeito, as habilidades exigidas aos indivíduos não serão técnicas, mas sim comportamentais, o que obriga o trabalhador a aprimorar sua inteligência emocional. Esse conceito, descrito por Daniel Goleman – psicólogo norte-americano – diz respeito à capacidade de relacionar-se com o outro de forma saudável, delegar tarefas e evitar

o esgotamento profissional. Todavia, a proposta de Goleman ainda não é realidade no mercado de trabalho atual, marcado pela ansiedade, pelo estresse e pela competitividade hostil.

Os profissionais necessitam, portanto, estar preparados para os desafios das próximas gerações. Nesse sentido, as escolas – no exercício de seu papel social –, devem estimular o autoaprendizado dos alunos, por meio de eventos pedagógicos, como oficinas e minicursos, que direcionem tarefas a serem realizadas sem auxílio do professor. Essa iniciativa poderia se chamar “Inovação presente” e teria a finalidade de motivar os estudantes a aprender de forma autônoma, bem como a desenvolver inteligência emocional, escassa na contemporaneidade, mas fundamental ao mercado de trabalho, que será, em breve, reconfigurado.

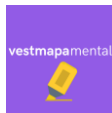
#26 – O VALOR DA EDUCAÇÃO NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS DO BRASIL

No filme " O Menino que Descobriu o Vento", o protagonista, através de estudo e dedicação, criou uma máquina que solucionou a maioria dos problemas familiares quanto à agricultura e, por conseguinte, convenceu o pai de que estudar durante a infância é mais benéfico do que trabalhar. Analogamente ao atual contexto brasileiro, diferente da obra, embora a educação seja fundamental para as transformações sociais, frequentemente, muitos não compreendem isso, o que causa preocupações. Nesse contexto, é válido analisar como a negligência estatal e a lenta mentalidade social se responsabilizam pelo quadro.

A princípio, convém ressaltar a ausência de medidas governamentais para combater o problema. Segundo Thomas Hobbes, o Estado deve prezar pelo bem-estar social, porém, não é o que ocorre no país. Isso porque, apesar do Governo entender a relevância da educação de qualidade para diminuir preconceitos, aumentar o senso crítico das pessoas e contribuir para o desenvolvimento nacional, não há investimento nas instituições públicas de ensino. A título de exemplo, é possível citar escolas do Nordeste que não possuem infraestrutura e materiais adequados para realizar aulas, dificultando o processo de aprendizagem. Logo, é notória a gravidade da situação.

Em seguida, é pertinente lembrar que a falta de consciência social influencia, diretamente, essa questão. De acordo com Paulo Freire, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Seguindo essa linha de pensamento, é perceptível que o fato de algumas pessoas ignorarem a importância do estudo acadêmico vai de encontro à essa ideia, já que, não raro, cidadãos não incentivam seus filhos a estudarem, ocasionando desinteresse escolar nos estudantes. Destarte, há um empecilho para as mudanças sociais.

Infere-se, portanto, que medidas são necessárias para mitigar tal problemática. Para tanto, compete ao Ministério da Educação, por meio de verbas governamentais, investir na construção e infraestrutura de colégios públicos, em ambiente de menor prestígio social, que contenham materiais novos e profissionais qualificados, visando educar o maior número de



crianças e jovens. Outrossim, cabe ao Ministério da Cidadania, a partir de parcerias com instituições de ensino, promover palestras em locais como praças, sobre a importância da educação para a transformação social. Somente assim, no futuro, o Brasil será mais desenvolvido.

#27 — DESAFIOS DA INCLUSÃO DE AUTISTAS NO BRASIL

Na série americana “The Good Doctor”, o Dr. Shaun - médico portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA) - luta diariamente com as dificuldades da convivência dele com a sociedade, sobretudo em seu ambiente de trabalho. No contraste fictício com a realidade brasileira, a questão da inclusão de pessoas com autismo apresenta um quadro preocupante, tanto por causa da postura preconceituosa da sociedade, quanto pela ineficiência do estado. Assim, é fundamental analisar ambos os problemas, a fim de que se possa contorná-los.

Primordialmente, é indubitável a presença do preconceito no cerne dessa problemática. Isso ocorre porque, de acordo com a teoria da coesão social do sociólogo francês Émile Durkheim, a sociedade pune aqueles que são diferentes do padrão. Analogamente, os autistas são frequentemente excluídos do convívio social, sobretudo nas escolas, em virtude das diferenças inerentes aos indivíduos que possuem a síndrome. Tal exposição modifica o ideal constitucional de igualdade, tendo em vista que as pessoas com tal síndrome são tratadas de forma diferente, mesmo possuindo, em tese, direitos iguais. Desse modo, fica claro que o perverso preconceito da sociedade dificulta a inclusão das pessoas com autismo.

Além disso, também é fundamental destacar a ausência de acessibilidade como protagonista do impasse. Esse quadro se dá pois, a despeito da existência do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o qual determina que as instituições devem garantir a inclusão dos indivíduos, muitas escolas não buscam formas de tornar o ambiente mais integrador para autistas. A título de exemplo, o currículo exacerbadamente engessado das escolas não condiz com o hiper-foco, característica da síndrome autista que faz com que os portadores se interessem por áreas específicas, ao invés das áreas convencionais. Portanto, é evidente que substancial parte das instituições de ensino são negligentes com as necessidades dos portadores de autismo.

Infere-se, portanto, que medidas são necessárias para a inclusão de autistas no Brasil. Para tanto, é necessário que o Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Educação, deve realizar palestras e treinamentos nas escolas em que sejam expostas informações sobre autismo e sobre como professores devem proceder com alunos que possuem esse transtorno, por meio de reuniões com psiquiatras, psicopedagogos e psicólogos para pais, alunos e professores. A fim de que haja um aumento nos números de autistas nas escolas, ajudando assim, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

#28 — DESAFIOS DA LITERACIA FAMILIAR NO BRASIL

Na obra “Dom Quixote”, o escritor Miguel de Cervantes descreve o personagem Alonso Quijano, que cultivava o prazer pela leitura e explorava sua imaginação ao projetar suas emoções para o mundo fabuloso. Assim como ocorre com Alonso, as crianças também usufruem da fantasia e, a partir dela, criam novas visões e questionamentos. Contudo, no contraste fictício com realidade hodierna, nota-se a desvalorização da leitura desde a tenra idade, promovida principalmente pela falta de seu estímulo, bem como pelo advento da Era Digital.

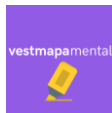
Precipuaemente, a falha dos ambientes de ensino e familiar em incentivar a leitura interfere na formação sociocultural das crianças. Nesse viés, o sociólogo francês Émile Durkheim ressalta o papel das instituições sociais – como a família e a escola – na construção do senso crítico do indivíduo. Ora, a análise de Durkheim se estende à formação literária das crianças, uma vez que esses pequenos não têm atividades lúdicas e referências que os fomentem ao hábito de ler. Desse modo, a literatura poderia ser usada para, desde já, combater pré-conceitos, como visto nas obras do cartunista Maurício de Sousa – criador da Turma da Mônica -, que utiliza seus personagens para dialogar sobre a inclusão de deficientes visuais e físicos, por exemplo.

Outrossim, é conspícuo que, apesar dessa revolução digital ser um importante contribuinte na era da informação, nota-se que as crianças tendem a optar pela internet, ao invés da leitura, como opção de entretenimento. A título de exemplo, dados emitidos pela pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” evidenciam o declínio no número de leitores no país em 9,1% nos últimos quatro anos. Assim, com a praticidade fomentada pelos smartphones e computadores, há despreendimento às indagações e ao desenvolvimento criativo fomentado pela literatura, como, ainda, da convivência infanto-juvenil.

Conclui-se, portanto, que medidas devem ser tomadas contra esse problema. Logo, é de extrema relevância que o Poder Público — responsável por executar os serviços do Estado — crie políticas de incentivo à leitura no país. Essa ação deve se concretizar por meio de palestras ministradas por profissionais da alfabetização e literatura direcionadas aos pais acerca da importância da implementação da leitura na rotina de seus filhos, além de reforçar a parceria entre escola e família. Tal atuação teria o intuito de progredir a literacia das crianças no contexto familiar e, assim, fazer com que os jovens disfrutem da imaginação e criatividade, assim como Alonso.

#29 – OS MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS EM QUESTÃO NO BRASIL

Na obra “O peso do pássaro morto”, da autora brasileira Aline Bei, a personagem principal, após ser ignorada por todos que ama, adota um cachorro que foi abandonado e passa a cuidar dele. Fora da ficção, no contexto social brasileiro hodierno, a ação dessa



personagem, infelizmente, não é comum no cotidiano. Dessa maneira, culminada pela banalização do abandono e pela cultura da impunidade, a questão dos maus-tratos aos animais no Brasil é uma defasagem que impede o bem-estar social.

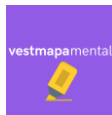
Em primeira análise, é importante ressaltar que a normalização dessa problemática inviabiliza que haja sua minimização no cotidiano. Sob essa ótica, a filósofa Hannah Arendt ressalta que as sociedades contemporâneas são caracterizadas pela “banalização do mal”, haja vista que um crime ocorre tantas vezes no cotidiano que se torna normal. Como exemplo, pode-se citar o elevado número de cachorros em situação de rua no Brasil, que, mesmo sendo uma situação que vai de encontro à Constituição Federal, é banalizado pela população. Dessa forma, o anúncio da criação da nota de 200 reais, que fez parte da sociedade se mobilizar para que o “cachorro caramelo que todos os bairros do Brasil têm” fosse utilizado como tema, esconde uma defasagem social complicada: o abandono de animais

Ademais, é notório que a cultura da impunidade no contexto social brasileiro contribui para a perpetuação desse crime. Sob essa perspectiva, John Locke afirma que as sociedades democráticas são pautadas na garantia dos direitos constitucionais dos cidadãos. No Brasil, no entanto, devido ao descaso governamental, esses não são cumpridos integralmente, haja vista uma pessoa sai impune no país após cometer um crime. Nesse contexto, a falta de medidas governamentais que visem mitigar os maus-tratos aos animais, por meio da punição aos infratores, fomenta a ocorrência desse crime novamente e, conseqüentemente, a banalização dessa problemática.

Portanto, é perceptível que medidas são necessárias a fim de mitigar os maus-tratos aos animais no Brasil. Destarte, urge que o Ministério do Meio ambiente, junto à Mídia, informe a população sobre a necessidade de dedurar crimes relacionados aos animais, por meio da abordagem do tema em filmes e novelas, além da criação de propagandas acerca do assunto, que devem ser veiculados em horários de maior audiência, visando minimizar a banalização de problema. Além disso, é importante que o Ministério do Meio Ambiente, junto ao Ministério da Justiça, minimize a impunidade, por meio de fiscalizações diárias acerca de ações inconstitucionais envolvendo os animais, além de fomentarem julgamentos mais rigorosos acerca do assunto, visando impedir que esse crime ocorra novamente, aproximando a sociedade da ação da personagem da obra “o peso do pássaro morto”, e garantindo a manutenção do bem-estar social.

#30 — A NECESSIDADE DE RESPEITO À IDENTIDADE DE GÊNERO NO BRASIL

No livro “Holocausto Brasileiro”, é relatado que, no século XX, indivíduos considerados “indesejáveis”, entre eles os homossexuais, foram aprisionados em manicômios pelo governo nacional. Em contraste com o Brasil Contemporâneo, a situação não é diferente, já que são comuns os atos de discriminação contra a comunidade LGBTI. Nesse sentido, é necessário o respeito à identidade de gênero no país. Assim, serão analisados os seguintes fatores, ignorância da sociedade e a homofobia.



De início, é importante destacar a desinformação e o medo da população sobre a homossexualidade, intensificado com a circulação de notícias falsas quanto a esse grupo. O 1º caso de Aids no Brasil ocorreu na década de 1980 e, devido ao número crescente de casos em homossexuais, foi chamada de "Peste Gay" pelos jornais da época. Tais informações falsas ainda são veiculadas, e, mesmo no mundo globalizado, fortalece a aversão aos LGBTI por uma parcela da população. Entende-se, então, que essa mazela precisa ser resolvida.

Outrossim, é relevante mencionar as violências verbais e físicas como práticas homofóbicas presentes no cotidiano. Torna-se evidente a carência de políticas estatais que visem à pluralidade de gênero, visto que, no Brasil, a expectativa de vida de uma pessoa transexual é de 35 anos, decorrente do número de assassinatos. Nessa perspectiva, a homofobia é, infelizmente, consequência de uma sociedade extremamente machista e conservadora. Logo, é necessária a tolerância com a diversidade.

Portanto, medidas são necessárias para que todas as identidades de gênero no Brasil possam ser respeitadas. A fim de combater o preconceito, urge que o Ministério da Educação, em parceria com as escolas, trabalhe a diversidade de gênero nas salas de aula por meio de palestras e rodas de conversa com profissionais especializados. Nessas atividades, as crianças e os adolescentes devem ser ensinados a combater os pequenos atos de intolerância, como os xingamentos e as "brincadeiras" que menosprezam os colegas que não se encaixam em padrões da maioria. Entende-se que, somente assim, a realidade se diferenciará do livro "Holocausto Brasileiro".